

A ESCRAVIDÃO EM SANT'ANA DE PARANAÍBA/MT NO SÉCULO XIX: DEBATES HISTORIOGRÁFICOS E A MULHER ESCRAVIZADA

Isabel Camilo de Camargo¹
Aguinaldo Rodrigues Gomes²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a historiografia acerca da escravidão em Mato Grosso no século XIX, com foco na região conhecida como Sant'Ana de Paranaíba, e também discutir sobre o papel da mulher escravizada nessa localidade. Salienta-se que Sant'Ana de Paranaíba estava distante dos grandes centros políticos e econômicos da época. Apesar da distância, a localidade estava inserida na sociedade escravista e na dinâmica imperial, principalmente nas intenções imperiais de conhecer e de “ocupar” o interior do Brasil. São poucos os documentos históricos que retratam o papel da mulher na sociedade de Sant'Ana de Paranaíba, e mais raros ainda aqueles que constam algo sobre as mulheres escravas. Utilizamos como fontes históricas Declarações de meia siza, cartas de alforria e a Lista do Fundo de Emancipação.

Palavras-chave: Escravidão. Historiografia. Escravas. Mato Grosso.

Abstract: This article aims to analyze the historiography about slavery in Mato Grosso in the 19th century, focusing on the region known as Sant'Ana de Paranaíba and also to discuss the role of enslaved women in that location. It should be noted that Sant'Ana de Paranaíba was far from the great political and economic centers of the time. Despite the distance, the locality was inserted in the slave society and in the imperial dynamics, mainly in the imperial intentions to know and to “occupy” the interior of Brazil. There are few historical documents that portray the role of women in the society of Sant'Ana de Paranaíba, and even rarer those that contain something about slave women. We used as historical sources Declarations of siza, letters of freedom and the List of the Fund of Emancipation.

Keywords: Slavery. Historiography. Slave Woman. Mato Grosso.

1 Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT/Rondonópolis. Bolsista Capes. Doutora em História pela UNESP/Assis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7066-621X>

2 Doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Curso História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/UFMS e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2398-8088>.

As contribuições teóricas da Escola dos Annales e da História Social Inglesa - que ampliaram as abordagens e os objetos de estudo da História e compreendem as pessoas comuns como agentes históricos – possibilitaram a discussão da história da mulher e da família, por exemplo. Margareth Rago (1995) aponta que questões sociais do momento contribuíram para a inclusão das mulheres no campo da historiografia. Para ela, “as pressões e demandas do movimento feminista, desde os anos 70, assim como a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica forçaram uma quebra do silêncio das historiadoras” (RAGO, 1995, p. 81).

Em 1999, Robert Slenes publicou a primeira edição de seu livro *Na senzala, uma flor*, sendo um dos pioneiros no estudo das relações familiares estabelecidas entre os escravos no Brasil. Para o autor, a família escrava surge de um processo de conflito entre escravo e senhor, sendo que o senhor busca mitigar futuros conflitos aceitando e cedendo algum espaço para os escravos formarem famílias. A intenção do senhor seria tornar o escravo mais vulnerável, pois o escravo teria algo a perder. Porém, Slenes (2011) debate que a médio e longo prazo, contudo, a família escrava se torna subversiva, pois é usada pelos escravos como lugar de criação e transmissão de uma identidade própria, antagônica à dos senhores e forjada a partir da descoberta de tradições africanas compartilhadas.

Cristiany Miranda Rocha (2004), em *Histórias de famílias escravas*, aborda as redes de parentesco e solidariedade existentes entre os cativos por meio do casamento e do compadrio em Campinas/SP durante quase todo o século XIX. Rocha pondera que até meados de 1970 considerava-se que a vida familiar dos escravos era precária ou inexistente; mas que as pesquisas de cunho demográfico, que se iniciaram na década de 1970, mostraram o contrário. Para Rocha “Atualmente, a existência da família escrava já não é mais uma hipótese a ser comprovada, e sim uma realidade a ser mais bem estudada e conhecida” (2004, p.16).

A leitura de *Caetana diz não* (2005), de Sandra Lauderdale Graham, nos traz a vivência de duas mulheres – uma escrava, outra branca livre - do Vale do Paraíba/SP em meados do século XIX. O livro é muito interessante porque entende a história a partir das vidas das mulheres e contrapõe a aceitação da dominação masculina como um dado intransponível. Graham (2005) analisa o modo próprio que essas duas mulheres questionaram as regras sociais implícitas.

Maria Odila Dias (2018) analisa as formas de resistência utilizadas pelas escravas, que tiveram

que enfrentaram a opressão racial e a violência de gênero por parte de seus senhores e também de seus companheiros escravizados. Dias ressalta que “[...]. Embora tivessem figurado como mão de obra na economia de exportação do açúcar e do café, o seu papel histórico mais marcante foi na economia de subsistência, nas feiras e no mercado interno de abastecimento das várias e diferentes regiões do país” (2018, p. 379).

A região de Sant’Ana de Paranaíba pertencia à província de Mato Grosso no século XIX, e para entender a escravidão nessa localidade, tivemos que nos aprofundar nos estudos já realizados sobre a escravidão nessa província; para isso, recorreremos aos estudos desenvolvidos por Edvaldo de Assis, Elaine Cancian Almeida, Lúcia Helena Gaeta Aleixo, Luiza Rios Ricci Volpato, Maria do Carmo Brazil e Zilda Moura. Os autores elencados estão entre os poucos que conceberam o negro escravizado como objeto de reflexão científica em Mato Grosso.

Antes de focalizarmos as contribuições dos autores acima citados, é importante apontar que a produção historiográfica envolvendo as relações escravistas e as atividades econômicas de Mato Grosso teve seu marco inicial em dois trabalhos publicados na década de 1970. O primeiro foi desenvolvido pela historiadora corumbaense Eunice Ajala Rocha, nos anos de 1975-77, com base nos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá, a respeito do processo de desarticulação escravista em Mato Grosso. O segundo foi escrito pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em 1978. Ao homenagear o bicentenário de duas cidades coloniais mato-grossenses (Cáceres e Corumbá) e ao discutir aspectos antropológicos, sociológicos e históricos do domínio luso no extremo-oeste brasileiro, Freyre acabou dando os primeiros passos no debate sobre a escravidão no Mato Grosso.

Remetendo às obras utilizadas como referências para a pesquisa, encontramos em Lúcia Helena Gaeta Aleixo, na obra *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, publicada em 1984, uma análise sobre a utilização do trabalhador escravizado, em Mato Grosso, entre os anos de 1850 a 1888, nas minas, nas plantações da cana-de-açúcar e nas atividades urbanas. Ela disponibiliza documentos referentes a algumas cidades mato-grossenses surgidas no período imperial, cujos cotidianos foram marcados pela presença de escravos. Aleixo defende a existência, na Província de Mato Grosso, de uma economia mercantil que possibilitou a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o deslocamento do capital mercantil acumulado para as atividades extrativistas, pastoris e para a intensificação das atividades agrícolas.

Luiza Rios Ricci Volpato destaca a importância do estudo do cotidiano dos escravos em luta contra a escravidão em seu livro intitulado *Cativos do Sertão: vida, cotidiano e escravidão em Cuiabá - 1850-1888*, publicado em 1991. O livro tem como objetivo explicitar o papel fundamental desempenhado pelos escravos no jogo de conflitos e acomodações das forças sociais, trazendo uma maior compreensão da sociedade cuiabana.

Maria do Carmo Brazil, em sua obra *Fronteira negra* (2002), resultante de sua dissertação de mestrado, trata da escravidão negra em Mato Grosso, abrangendo os períodos colonial e imperial, cujos referenciais históricos e fontes documentais atendem aos limites da região mato-grossense e também à sociedade brasileira como um todo. A escolha desse objeto liga-se à intenção de estudar a violência nas relações escravistas como o fio condutor da dominação e da resistência. Além dessa obra, Brazil possui vários artigos e capítulos de livros que tratam da escravidão em Mato Grosso durante o século XIX.

Edvaldo de Assis discute em *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso* (1998) questões referentes aos antecedentes históricos à escravidão tendo como base farto material empírico.

Em 2000, Chaves conclui sua dissertação de mestrado, na qual aborda a resistência escrava em Mato Grosso no período de 1752 a 1850. A proposta de Chaves consiste em que “[...] A ideia de resistência engloba diversas estratégias de negociação, barganhas estabelecidas entre escravos e senhores e outros grupos sociais; além de outras formas de manifestações culturais” (2000, p. 06). Ou seja, os escravos não resistiam à escravidão somente com fugas, mas procuravam resistir a ela cotidianamente e de diversas formas.

Elaine Cancian Almeida trabalha com o tema da escravidão e a arquitetura urbana em Corumbá, no século XIX, em sua dissertação de mestrado, que se desdobrou no livro *A cidade e o rio*, publicado em 2006. A obra de Almeida tem como objetivo discutir o passado escravista de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, valendo-se do traçado urbano, da toponímia, da arquitetura, da escultura, da posição geográfica, enfim, do patrimônio material e imaterial.

Em *Cativos nas terras dos pantanais: Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*, obra publicada em 2007, Moura estuda a utilização da mão de obra escravizada de africanos e descendentes, em localidades do sul de Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Uma das questões mais importantes da obra é a relação que a autora constituiu com o movimento das

Monções, no século XVIII, e a vinda de escravos para a província de Mato Grosso. Ela demonstra que os negros, escravizados ou não, também foram utilizados como “Voluntários da Pátria” na Guerra contra o Paraguai. O presente trabalho traz um capítulo sobre a feitorização das comunidades nativas do Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.

Em 2011, Rodrigues publica um artigo sobre o suicídio de escravos em Cuiabá durante o período de 1854-1888. Ele supõe que o suicídio de um escravo era considerado uma consequência do excesso de castigos corporais.

A questão dos direitos territoriais dos quilombolas em Mato Grosso do Sul fez com que Santos (2016) fosse estudar a escravidão na região sul do antigo Mato Grosso, pois, no senso comum, há a ideia de que não houve escravidão negra nessa região durante os séculos XVIII e XIX. Ele utilizou como fontes históricas as Correspondências do Capitão-general Antonio Rolim de Moura – 1751 a 1754; Relatos de cronistas e viajantes; e relatórios, falas e mensagens dos Presidentes da Província de Mato Grosso de 1835 a 1900.

Divino Marcos Sena (2020) discute as relações construídas ou intensificadas por escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque na província de Mato Grosso no século XIX. O autor debate que era frequente o matrimônio de cativos na localidade em estudo, bem como, o batismo de filho de escravos era um procedimento comum na freguesia.

Estudos sobre a escravidão em Sant’Ana de Paranaíba

Em 1993, João Antônio Botelho Lucídio escreveu sua dissertação de mestrado sob o título: *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. Nesse trabalho, ele estudou a forma de organização da sociedade instalada no Planalto Sul de Mato Grosso, através da reconstituição do sistema agrícola e pastoril e das suas relações de comércio, verificando os mecanismos de inserção daquela economia na ordem imperial.

Em 2010, Camargo defendeu sua dissertação de mestrado, pela Universidade Federal da Grande Dourados, intitulada *O sertão de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*, a qual foi o primeiro trabalho acadêmico a enfatizar somente Sant’Ana de Paranaíba e tratar principalmente da ocupação da região por entrantes³ vindos

3 O termo *entrante* é utilizado aqui para designar as pessoas não-indígenas que foram ocupar parcelas de terra, porém

das províncias de Minas Gerais e São Paulo e que traziam consigo, além das suas famílias, escravos negros.

Na dissertação de mestrado, estudou-se como se deu a ocupação dessa localidade por entrantes que traziam consigo mão de obra escrava. Já a proposta da tese de doutoramento foi a de discutir o trabalho escravo e a relação desses com os seus senhores.

A pesquisa de mestrado chamou a atenção de alguns historiadores de Mato Grosso do Sul para a falta de estudo sobre essa localidade. Maria Celma Borges iniciou, em 2009, o projeto de pesquisa intitulado *Pobres livres, escravos e povos originários: trabalho, cultura, violência e resistência do sul ao norte de Mato Grosso* e, a partir do qual, publicou alguns artigos sobre a escravidão e os pobres livres de Sant'Ana de Paranaíba.

Em 2012, Marcos Hanemann defendeu sua tese de doutorado intitulada *O povo contra os seus benfeitores: aplicação da lei penal em Sant'Ana de Paranaíba, Mato Grosso (1859-1889)*, na qual investigou como ocorria a aplicação da lei penal entre as famílias de entrantes que dominaram o cenário político no recorte temporal escolhido por ele.

Greco e Coutinho (2012) utilizaram contratos de núpcias para abordar as condições de vida das mulheres livres em Sant'Ana de Paranaíba e os conflitos, físicos e simbólicos, devido à ideia de submissão que lhes era imposta, mas nem sempre aceita.

Cássia Queiroz da Silva estudou os pobres livres de Sant'Ana de Paranaíba na sua dissertação de mestrado defendida em 2014. Ela buscou entender os modos de vida e de trabalho dessas pessoas. Ela utilizou narrativas literárias, correspondências oficiais, livros de Coletoria, inventários, entre outras fontes.

Em 2015, Camargo defendeu sua tese de doutorado intitulada *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba - Província de Mato Grosso (1828- 1888)*. A pesquisa teve como objetivo principal analisar como eram as relações entre senhores e negros escravizados na região de Sant'Ana de Paranaíba no decorrer do século XIX, bem como discutir

não temos conhecimento se esses entrantes eram todos brancos. Não utilizamos termos como *pioneiro* ou *desbravador* porque entendemos que essas designações estão carregadas de simbolismos que atribuem a essas pessoas conotações heroicas e entendemo-nas como agentes históricos, frutos de seu meio. É importante observar que o uso do termo não se relaciona aqui ao movimento de entradas, pois este, apesar de se preocupar com o conhecimento territorial, era organizado e custeado pela administração colonial, o que não foi o caso do nosso estudo. Além disso, as prioridades das bandeiras eram a captura de indígenas para a escravização e a busca por metais pedras e metais preciosos e essas expedições ocorreram no século XVII.

suas sociabilidades. Trilhando um caminho pela História Social, buscou-se examinar não só os homens livres e escravos, mas também mulheres e crianças livres e escravizadas. A forma de resistência escrava analisada na pesquisa se reporta mais às várias formas de resistência cotidianas e não violentas por parte do escravo do que às formas violentas, tais como a rebelião. Porém, ambas existiram e ocorreram em Sant'Ana de Paranaíba. Importante ressaltar que parte dos dados analisados neste artigo advém desse estudo.

Em 2019, Rafaely Zambianco Soares Sousa defendeu sua dissertação de mestrado, na qual ela estuda a questão da legitimidade e ilegitimidade dos batismos em Sant'Ana de Paranaíba no século XIX. Souza (2019) explica que, apesar da Igreja Católica ser contra as relações fora do casamento, havia crianças nascidas dessas relações ilícitas, por isso, ilegítimas, sendo a sua maioria ser filhas/os de mães cativas ou forras.

Percebe-se que a região de Sant'Ana de Paranaíba, na província de Mato Grosso, estava distante dos grandes centros políticos e econômicos da época e que apesar de algumas similitudes havia algumas diferenças. Sendo a economia dessa localidade – no século XIX – de subsistência, e início de uma cultura pastoril fundada no latifúndio, isso nos levanta indagações tais como a função do escravo nessa região e como seria a relação entre senhores e escravos. Apesar da distância, a localidade estava inserida na sociedade escravista e na dinâmica imperial, principalmente nas intenções imperiais de conhecer e de “ocupar” o interior do Brasil.

Na localidade empreendida em nosso estudo chama a atenção à utilização da mão de obra escravizada em trabalhos domésticos rotineiros, na produção agrícola de subsistência e na lida com o gado, possibilitando uma maior aproximação com o seu senhor, já que os senhores não possuíam grande número de escravos em suas fazendas, diferenciando-se daquelas que produziam grande quantidade de cana-de-açúcar e café para exportação e, por isso, possuíam uma grande quantidade de escravos e necessitavam de intermediários para gerenciar o trabalho do cativo.

O livro *Caetana diz não* (2002), de Sandra Lauderdale Graham me fez indagar sobre as mulheres escravizadas na região em estudo. Quais seriam as suas funções? Como e quando apareciam nas fontes históricas analisadas? Haveria laços familiares? Essas são questões que nos levaram a dar destaque à escravização de mulheres. Apesar de já existir alguns trabalhos sobre as mulheres escravas, como a já citada, ainda há poucos estudos nessa área, de forma geral, e que quase inexistem sobre localidades distantes dos grandes centros políticos e econômicos.

A pontuação das diferentes vertentes e a análise de estudos regionais sobre a escravidão demonstram que há um amplo debate acerca do assunto, e que apesar de haver um aumento de estudos regionais, eles se relacionam a um todo, ou seja, apresentam uma perspectiva voltada para o que ocorria em âmbito nacional, sendo que, do ponto de vista acadêmico, essa regionalização também é um reflexo da ampliação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil.

As diferentes vertentes nos fizeram entender um quadro amplo do debate historiográfico e apesar de compreender que a escravidão foi uma instituição violenta, isso não basta para apreendê-la como um todo e também em seus pormenores, pois ao lado da violência havia um espaço social que deve ser analisado, e objetivamos refletir como a conquista de pequenos benefícios cotidianos representou melhorias na condição de vida dos escravos.

Procuramos interrogar a respeito do mundo no qual o escravo e a escrava estavam inseridos, vendo-os como um ser humano e não como uma mercadoria e, assim, como agente histórico, pautando a pesquisa em uma perspectiva dialética e buscando entender a visão da escravidão que as pessoas livres e escravas tinham sobre ela.

Todos esses estudos e visões sobre a escravidão trazem um grande enriquecimento para compreender a História social do trabalho no Brasil e demonstram que há uma grande preocupação em enfatizar o quanto foi importante e marcante a escravidão e como suas consequências foram profundas em nossa sociedade.

Ocupação de Sant'Ana de Paranaíba

Sant'Ana de Paranaíba começou a se destacar a partir de 1828, período em que entrantes vindos de Minas Gerais e São Paulo começaram a se estabelecer na localidade. Esses entrantes fundaram a vila de Sant'Ana de Paranaíba tendo como base fazendas de grande dimensão territorial, agricultura de subsistência, início da criação de gado e uso da mão de obra escrava.

Tal ocupação pode ser entendida como frente de expansão, conceito desenvolvido pelo sociólogo José de Souza Martins (1997). Esse entendimento ocorre devido às características da ocupação, que se deu pelo avanço sobre território indígena, mediante o qual a terra é apossada e a ocupação é estabelecida esparsamente com fracas ligações com o comércio capitalista-mercantil.

Outra característica que se enquadra na ocupação da localidade, e que pertence à frente de expansão, é a busca pela fartura e pelo sossego, que eram preocupações maiores do que a de fazer comércio. Mas também havia uma necessidade econômica, que aqui se enquadra no declínio da mineração e na situação de opressão política ou conflito familiar.

Segundo Sena, “na medida em que avançava a primeira metade do século XIX, cresceu a quantidade de lugares habitados no território de Mato Grosso. Significativo foi o número de vilas, arraiais, freguesia, povoados etc. que surgiram” (2006, p. 26).

Entendemos que surgimento do mito fundador de Sant’Ana de Paranaíba remonta ao passado do universo social e econômico mineiro, mais precisamente do Triângulo Mineiro, área conhecida como Sertão da Farinha Podre e situada entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Essa porção, ocupada primeiramente por nativos caiapós e muito disputada entre os governos de Goiás e Minas Gerais, por muito tempo se caracterizou como dinâmico polo minerador e como importante área provedora de gado para o Rio de Janeiro e de abastecimento do oeste brasileiro. Mas, com o esgotamento das minas, a população se dispersou e muitos arraiais daquela região perderam o dinamismo e se transformaram em núcleos irradiadores de povoadores.

No caso da região de Sant’Ana, grande parte dessas famílias buscou imensos campos criatórios e solos férteis para transformá-los em riquezas, a despeito da presença dos nativos caiapós, senhores daquele espaço. A partir daí, o *pioneiro* erigiu ranchos, fazendas, pousos, retiros, impondo sua presença, ultrapassando limites e construindo recursos de vivências cotidianas. Ao estabelecer vínculos comunitários orientados pelo modelo patriarcal, transformaram cenários naturais e conquistaram territórios de forma similar ao modo de vida da maioria das populações rurais brasileiras.

Escravidados, carros de bois, gados vacuns e cavalares constituíam os bens semoventes da fortuna do capitão João Alves, quando da sua chegada em Sant’Ana. Acompanhado de sua esposa Francisca Alves dos Santos, quatro filhos, parentes pobres e agregados, João Alves apossou-se de metade da fazenda do Barreiro, cedida pelo então alferes Januário Garcia: “nestas terras, no sitio junto ao córrego da Irara [João Alves] montou um formoso estabelecimento de lavoura e criação” (FLEURY, 1895, p. 31).⁴ Cultivavam aí produtos como abóbora, cana-de-açúcar (que virava

4 FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. **O Descobrimento do Sertão e fundação de Santana do Paranaíba.** Artigo extraído do Republicano de Cuiabá, de 12 de dezembro de 1895. (Apontamentos). Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso 6/7, t. 13.

aguardente e rapadura), feijão, mandioca (para fazer farinha), milho e também criavam galinhas e porcos. Estes produtos eram usados para consumo próprio nas unidades produtivas e também para venda aos viajantes.

População branca livre e escrava

De acordo com o Mapa da População de 1849⁵, havia em Sant’Ana de Paranaíba nesse período 300 fogos, 800 pessoas livres e 400 pessoas escravizadas. Sendo que na época, o local mais povoado era a Freguesia de Senhor Bom Jesus de Cuiabá, com 5.500 habitantes, entre livres e escravizados.

O Mapa da População⁶ da província de Mato Grosso mostra que em 1856 havia 1.538 livres brancos e 394 escravos, porém não há uma diferenciação entre escravo e escrava. Uma maior especificação dessa população pode ser vista no Quadro abaixo:

QUADRO 01 - Mapa Estatístico da população da Freguesia de Sant’Anna – Ano 1856

Termo	Freguesia	Quarteirões	Sexo		Idades			Estado			Condições		Soma Geral	Soma do Termo (todo termo de Cuiabá)
			Homens	Mulheres	Até 21	De 21 a 40	De 40 n/cima	Solteiros	Casados	Viúvos	Livres	Escravos		
Cuiabá	Sant’Anna	14	905	1027	517	1098	317	1670	198	64	1538	394	1706	21.144

Fonte: Arquivo do Estado de Mato Grosso. Caixa Mapas de população, recenseamento, mapas de julgamento, quadro demonstrativo da instrução pública e relatório, cartas patentes, ofício e documentos impressos Maço 20. Mapa Estatístico da população da província de Mato Grosso – Ano 1856.

No Censo de 1872⁷ consta que Sant’Ana de Paranaíba tinha uma população livre de 2.880

5 Tabela elaborada por Joaquim Felicissimo de Almeida Louzada, da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso e apresentada no **Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 31.

6 Arquivo do Estado de Mato Grosso. Caixa Mapas de população, recenseamento, mapas de julgamento, quadro demonstrativo da instrução pública e relatório, cartas patentes, ofício e documentos impressos Maço 20. Mapa Estatístico da população da província de Mato Grosso – Ano 1856.

7 MATTOS, Joaquim Francisco. A guerra do Paraguai. Brasília: UNB, 1990. p.175.

peças e de 354 cativos. Já o Relatório apresentado pelo Presidente de Província à Assembleia Legislativa Provincial, em 1876, apresentava 388 cativos em Sant'Ana de Paranaíba⁸.

Com esses dados, podemos entender que a quantidade da população escrava variou muito pouco durante o século XIX, entre 400 e 354, tornando-se uma mão de obra de uso constante.

Outras informações encontradas nesse Censo são que os prédios urbanos sujeitos à décima pertencente ao ano financeiro de 1867/1868 somavam 32 edificações, ou seja Sant'Ana não era formada somente por área rural, mas ela já continha um pequeno centro urbano nessa data⁹.

A mulher escravizada

A escrava mulher aparece em alguns documentos, como no Livro de Declaração de Pagamento da meia siza – quando da compra e venda de escravos; nas Cartas de Alforria e na lista do Livro de Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1874.

Os Livros de Declaração de Pagamento da meia siza¹⁰ eram registros oficiais da compra/venda/doação de escravos e eram utilizados para a cobrança de imposto relacionado a essa “transação” comercial.

Neles aparecem várias vezes o pagamento de imposto por meninas escravas, como demonstra o caso do Vigário Francisco de Souza Fleury que comprou, de José Aprigio de Toledo, a escravinha crioula Ana. Depois, a mesma autoridade eclesiástica aparece vendendo, a Sebastião José Rodrigues de Queiros, uma escravinha parda de nome Ana e idade de três anos. Seria a mesma escrava? E qual era a vantagem, se fosse a mesma escrava, já que ela teria sido comprada e vendida pelo mesmo valor (quinhentos mil réis)? Porém, se trata-se de crianças escravas diferentes, os documentos revelam uma rotatividade no comércio de crianças escravas entre as fazendas.

Outra declaração que chama a atenção é a da compra feita por José Duarte Novaes, de Vicente (africano) e sua mulher, Eva (crioula) e de mais dois escravos africanos, a qual dá pistas

8 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 1876. In: ASSIS, E., **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso**, p. 49.

9 Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Caixa – 03. Livro – 02, p. 01.

10 Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Fundo de Coletoria de Sant'Anna de Paranaíba. Declaração para meia siza das vendas e doações de escravos. Caixas ano 1856 a 1867.

sobre a família escrava, bem como, sobre o costume de buscar não separar familiares escravizados. O vendedor foi Capitão Joaquim Lemos da Silva, em quinze de fevereiro de 1861.

É comum na declaração do imposto de meia siza de Sant'Ana de Paranaíba, a compra de somente uma parte do escravo ou da escrava. Neste caso, podemos pensar em duas hipóteses: ou o comprador já possuía uma parte da escrava, recebida por herança, por exemplo, e comprava a outra parte para ter direito à posse total; ou comprava duas ou mais partes de pessoas que detinham a posse da escrava para, assim, tê-la-só para ele. Parece estranho, mas com a partilha de bens, cada irmão poderia ficar, por exemplo, com um terço da escrava, por conta disso havia compra e venda de partes de um escravo ou escrava.

Um caso desses é o de Joaquim Moraes da Costa, que comprou de João da Cruz Rezende três partes da escrava Maria, que tinha apenas dois anos. Tal negociação ocorreu em dezanove de setembro de 1867.

As cartas de alforria aqui apresentadas são encontradas na obra de Penteadó intitulada *Como se de ventre livre nascido fosse...: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos* (1998), a qual constitui uma coletânea de documentos divididos em regiões da antiga província de Mato Grosso.

As cartas de alforrias concedidas aos escravos sob condições tais como trabalhar por mais algum período determinado (por mais sete ou 10 anos, por exemplo) ou até a morte do seu senhor, senhora ou parente que tivesse-os herdado são um dado que aparece bastante no documento, e por demandar alguns anos, não sabemos se realmente esses escravos foram libertos.

Anna Isabel do Espírito Santo liberta a escrava Maria, africana de Moçambique, pelo bom serviço prestado, mas para isso ela deveria trabalhar por mais dez anos. O que é interessante aqui é que uma senhora branca e livre faz a carta de alforria sem nenhuma representação masculina.

Joaquim Garcia Leal registra uma carta de alforria à Maria crioula e seus quatro filhos Antônio, Procópio, Geraldo e Luiza, na qual estabelece que eles seriam libertos após a sua morte por prestarem bons serviços.

Pela lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do Ventre Livre e que tinha como objetivo libertar as crianças nascidas após aquela data, foi criado o Fundo de Emancipação que visava libertar anualmente em cada província “tantos escravos quantos corresponderem á quota

anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação” (Lei 2.040, 1871)¹¹.

O Fundo arrecadaria dinheiro para as futuras emancipações de várias formas, por meio de: taxas de escravos; dos impostos sobre a transmissão de propriedades; do tesouro de seis loterias anuais e da décima parte das que ocorressem na capital do Império; das multas impostas por essa lei; de quotas advindas dos orçamentos geral, provinciais e municipais e de doações.

Chalhoub lembra que “[...] o primeiro desafio era realizar a matrícula de todos os escravos existentes no Império” (2003, p.206). Esse registro—era fundamental para que houvesse o desenvolvimento do Fundo de Emancipação. Para isso, os senhores deveriam fazer a matrícula de seus escravos, criando para cada um deles um registro.

Essa matrícula deveria ser apresentada para lavrar escrituras de compra e venda de escravos, de penhor, hipoteca e contrato de aluguel de serviços, tendo assim, um “acompanhamento do movimento da população escrava” (CHALHOUB, 2003, p. 222). Além disso, ela servia também para a realização da lista de Fundo de Emancipação, que tinha alguns parâmetros para a escolha dos escravos que poderiam ser libertos. Esses parâmetros, antes de serem regulamentados, levantaram várias divergências, porque os senhores queriam ter o controle dessa escolha.

Lúcia Aleixo (1984) salienta que a burla à Lei de 1.871 foi constante, principalmente em relação aos limites das Juntas de Classificação de escravos a serem libertados organizados pelos governos provinciais durante o Império brasileiro.

Os proprietários deviam registrar seus cativos nas denominadas juntas de classificação dando informações sobre cada cativo que possuía. Entretanto, consta nas considerações de Aleixo (1984), que muitos escravizadores registravam escravos doentes e incapacitados para o trabalho. “Por sua vez, os mais saudáveis, capazes de serviço na lavoura, eram excluídos dos benefícios da lei. Justificava-se tal atitude pelo interesse que os proprietários tinham em manter, atado à sua lavoura, os escravos mais aptos e saudáveis” (ALEIXO, 1984, p.84). Nesse aspecto, tem razão Júlio José Chiavenato ao dizer que “quando o escravo tinha condições físicas de desempenhar satisfatoriamente qualquer tipo de trabalho, senhor algum facilitava sua liberdade, já obstada por uma imensa burocracia” (1984, p. 144).

11 Lei 2040 de 28 de setembro de 1871. Localizada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm. Visualizada em 15/05/2014.

Em 1874, foi realizada, em Sant'Ana de Paranaíba, uma lista denominada Lista de Classificação dos cativos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação, na qual há dados sobre os prováveis escravos a serem libertos por esse Fundo. O pároco da Vila, o padre Fleury, foi a autoridade designada para fazer a matrícula dos escravos e elaborar a Lista de Classificação. Essa Lista contém vários dados dos escravos como idade, estado, profissão, aptidão para o trabalho e moralidade. Ainda por esse documento as profissões ou funções principais das escravas seriam: cozinheira, fiandeira, costureira e tecedeira. É apontada uma escrava com trabalho na lavoura.

No que concerne à Lista de Emancipação de 1874 de Sant'Ana de Paranaíba, os dados mostram que dos 142 escravos listados, 77 eram mulheres (54,2%) e 65 eram homens (45,8%). É importante ressaltar que todos os requisitos de cor, idade, estado civil e profissão foram relatados pelos senhores.

A escrava Eva é a primeira a ser citada na lista. Ela é descrita como preta, 36 anos, casada, com vínculo familiar com uma pessoa, tem a função de cozinheira e aptidão ao trabalho, mas não possui moralidade. Seu esposo deveria ser o escravo Joaquim, pois ele é listado bem abaixo e consta como casado, cor preta, 57 anos, trabalhador de lavoura, sem aptidão ao trabalho (talvez pela idade), possui uma pessoa da família e também não teria moralidade. Ambos eram escravos da senhora Anna Luisa do Espírito Santo.

Sobre a superioridade numérica de mulheres cativas a serem libertas, em relação aos homens, Castro (1997) considera que as mulheres e crianças teriam sido as maiores beneficiárias na busca pela emancipação porque seu valor de venda era menor que o dos escravos homens, sobretudo por sua força de trabalho.

Sobre as mulheres escravas da lista, podemos afirmar que a grande maioria era de cor preta (64) e algumas eram pardas (13). Não foi encontrada outra cor ou etnia. Na idade houve variação, mas prevaleceram as mulheres de 10 a 20 anos e de 21 a 30 anos, como podemos ver no Quadro 2.

Quadro 2 – Idade das mulheres escravas existentes na Lista do Fundo de Emancipação de 1874

Faixa etária	N. de escrava	Porcentagem aproximada
--------------	---------------	------------------------

1-10	3	3,6%
10-20	26	33,5%
21-30	25	32,2%
31-40	18	23,1%
41-50	6	7,6%
TOTAL	78	100%

FONTE: Livro de Classificação dos escravos da Villa de Sant'Anna de Paranyba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal para o Fundo de Emancipação em 12 de junho de 1874. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata 1865-B.

As escravas de um a dez anos eram três: Rufina, que teria 7 anos, era parda, solteira e a única escrava citada sem profissão. A outra é Inocência com 10 anos, parda, solteira e seria fiandeira. Graciana tinha 10 anos, era preta, solteira e fiandeira.

Na opção de estado civil encontramos 26 escravas (33,76%) reconhecidas como casadas e 51 (66,24%) como solteiras. Esse dado pode levantar muitas questões, pois o documento não diz se as uniões das 26 escravas tiveram o aval da Igreja. Também não podemos saber se entre as solteiras havia alguma em um relacionamento efetivo, que não era reconhecido pelo senhor, nem pela Igreja.

Entre as profissões das mulheres, 55 delas eram cozinheiras (71,52%); 14 fiandeiras (18,28%); 3 costureiras (3,9%); 3 tecedeiras (3,9%): uma que trabalhava na lavoura (1,2%) e uma sem profissão (1,2%). A escrava que aparece sem profissão já foi citada anteriormente, é Rufina de 7 anos, a escrava mais jovem listada. A escrava que trabalha na lavoura é Sabina, parda, de 41 anos, casada; porém, na categoria *Pessoas da família* não há nenhuma observação.

Apenas uma escrava consta como não apta ao trabalho: Eufrásia, parda de 36 anos; casada e cozinheira, possui 6 familiares, sendo 2 livres; e não possuía moralidade. Uma pergunta que o documento não pode responder é que se a falta de aptidão ao trabalho estaria relacionada à falta de moralidade de Eufrásia.

A lista possui uma coluna que se intitula *Pessoas da família*, na qual expõe-se que 42 escravas teriam algum familiar e 35 escravas não apresentam nenhuma observação. Podemos entender que quando não há informação sobre a existência de familiares fica uma incógnita se a escrava possuía algum familiar ou não; ou se a escrava tinha sido trazida de outra região e, assim, se

separado da família por venda ou qualquer outra situação que fizesse seu senhor desconsiderar os seus vínculos afetivos.

Das escravas assinaladas com familiares, consta que 14 mulheres teriam pelo menos um familiar; 15 escravas teriam 2 familiares; 6 escravas teriam três; 3 escravas teriam quatro; 3 escravas teriam 5 e apenas uma escrava teria seis familiares. Para facilitar o entendimento, nós montamos o Quadro 3 que se segue:

Quadro 3 – Número de escravas e seus familiares:

N. de escravas	Quant. de familiar
14	1
15	2
6	3
3	4
3	5
1	6

FONTE: Livro de Classificação dos escravos da Villa de Sant'Anna de Paranayba. Apresentado por Moraes Lama Pereira Dias ao Paço da Comarca Municipal para o Fundo de Emancipação em 12 de junho de 1874. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Lata 1865-B.

Os laços familiares não são citados, com exceção de duas escravas que possuíam filhos livres. Uma das escravas era Sabina que tinha três filhos livres. Ela tinha 21 anos e era preta, solteira, fiandeira, apta ao trabalho e com moralidade. A outra escrava chamava-se Maria e tinha 2 filhos livres, 20 anos e era preta, solteira, fiandeira, apta ao trabalho e com moralidade. Em suma, elas tinham muitas características em comum: jovens, solteiras, com a mesma profissão e com filhos livres.

Entre as escravas observadas, podemos entender que 64 teriam moralidade; 12 não teriam e não consta nada para uma escrava. Não sabemos se esta classificação é específica dessa região ou comum ao Brasil, pois os artigos lidos se preocupam, de forma geral, em analisar a questão da propriedade privada e da aplicabilidade da lei.

Os dados nos mostram, de forma muito geral, que a mulher escrava, para constar na Lista do Fundo de Emancipação, deveria ser preta, ter entre 10 a 30 anos, ser solteira, cozinheira e ter

moralidade; e ajudava ainda se ela tivesse algum familiar. O que é estranho é que as mulheres que constam na lista estejam em uma boa fase produtiva, tenham uma profissão e sejam consideradas pretas e não pardas. Pois parda remeteria a um embranquecimento e, assim, uma “melhora” da cor e do *status* social.

São poucos os documentos históricos que retratam o papel da mulher na sociedade de Sant’Ana de Paranaíba, e mais raros ainda aqueles que constam algo sobre as mulheres escravas. Na maioria das vezes, temos que nos apegar a detalhes ou mesmo ler nas entrelinhas do documento para encontrá-las. Apesar dos *grandes homens* das famílias Garcia Leal e Lopes, por exemplo, colherem os louros como *desbravadores*, entendemos que de uma forma ou de outra, a mulher, livre ou escrava, também teve um papel importante na ocupação dessa região, assim como os escravos e pobres livres que muitas vezes foram esquecidos por uma história tradicional ou pelas obras memorialísticas.

Considerações Finais:

Para compreender como se deu a escravidão em Sant’Ana de Paranaíba, nos embasamos em diversos documentos porque muitas vezes não conseguíamos entender o que ocorria na sociedade santanense. Porém, essa busca por compreender a escravidão e a forma como o escravo aparecia em diversas fontes converge para a concepção de Bloch sobre a necessidade de acessar uma documentação diversificada:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça para atingir os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza (BLOCH, 2001, p.80).

Foi a partir de leituras e de análise dos documentos que percebemos a presença da mulher escravizada e de entender que a história da ocupação e fixação de não-indígenas em Sant’Ana ocorreu a partir de homens e mulheres livres e escravizados/as. Até o momento as fontes não nos permitiram entender as relações sociais entre livres e escravizadas em seus pormenores. Sabemos de sua existência; das funções ocupadas; de certa “mobilidade” ocorrida pela compra e venda das escravas; da possível existência de laços familiares entre mães e crianças escravas, mas há muito por se fazer ainda.

Podemos concluir que a força de trabalho escravizada foi de suma importância para a sociedade de Sant'Ana de Paranaíba no decorrer do século XIX, sendo constante a presença da mulher escrava, principalmente em atividades rotineiras e imprescindíveis – como cozinhar e fiar - para a fixação de uma população não indígena na localidade em estudo.

Referências Bibliográficas:

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**. Brasília: Ministério da Fazenda, Departamento de administração, Divisão de Documentação, 1984.
- ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian de. **A cidade e o rio – escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS)**. Passo Fundo: UPF Editora, 2006, (Coleção Malungo, 11).
- ASSIS, Edvaldo de. **Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT/PROED, 1988.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BORGES, Maria Celma. Pobres livres e escravos em terras de Sant'ana de Paranaíba, sul de mato grosso: algumas considerações. IN: **Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, 2011.
- BRAZIL, Maria do Carmo. **Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CAMARGO, Isabel Camilo de. **O sertão de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)**. Dissertação de mestrado. UFGD, Dourados, 2010.
- _____. **As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba - Província de Mato Grosso (1828- 1888)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord); ALENCASTRO, Luis Felipe de. (org). **História da vida privada no Brasil: Império**. Vol 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2000.
- DIAS, Maria Odila. Escravas – resistir e sobreviver. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

- FREYRE, Gilberto. **Contribuição para uma sociologia da Biografia**: O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador no fim do século XVIII. Mato Grosso: Edição da Fundação de Mato Grosso, 1978.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRECO, Maria Madalena Dib Mereb e COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro. As mulheres e o discurso de submissão. IN: **Revista Cordis. Cronistas, Escritores e Literatos**. N. 9. São Paulo: PUC/SP, jul./dez. 2012. p. 295-315.
- HANEMANN, Marcos. **O povo contra os seus benfeitores**: aplicação da lei penal em Sant'Ana de Paranaíba, Mato Grosso (1859-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2012.
- LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois**: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense/ Niterói/RJ, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec: FFLCH/USP, 1997.
- MOURA, Zilda Alves de. **Cativos nas terras dos pantanais**: escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- PENTEADO, Yara (org.). **Como se de ventre livre nascido fosse...:** cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838-1888. Campo Grande, MS: SEJT, MS; SEEB, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1993.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. IN: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81 – 91.
- ROCHA, Christiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). IN: **Dimensão**. UFMS/CEUC, Corumbá, n.5/7, 1976/1977, p.78-108.
- RODRIGUES, Bruno Pinheiro. Ser ou não ser: suicídios de cativos (as) na sociedade cuiabana de 1854 a 1888. IN: Revista eletrônica **Documento Monumento**. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. ISSN: 2176-5804 - Vol. 4 - N.1 - Jul/2011. p. 98 a 110.
- SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 – 1888). IN: **ACENO**, Vol. 3, N. 6, Ago. a Dez. de 2016, p. 52-70.
- SENA, Divino Marcos de. **Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2010.
- _____. Batismo e compadrio escravo no Sul de Mato Grosso (1836-1862). IN: **Topoi**, Rio de

Janeiro, v. 21, n. 43, jan./abr. 2020, p. 147-170.

SILVA, Cassia Queiroz da. **Pobres livres em Sant'Anna do Parahyba** – século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2014.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2 ed. Corrig. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOUSA, Rafaely Zambianco Soares. **Entre mães e filhos: uma análise da legitimidade, ilegitimidade e batismos em Santana do Paranaíba, sul da província de Mato Grosso (1855-1896)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2019.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.